

## CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DO TURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO (2004-2024)

CONCENTRATION AND DISPERSION OF TOURISM IN CHAPADA DIAMANTINA WITHIN THE CONTEXT OF THE TOURISM REGIONALIZATION PROGRAM (2004-2024)

CONCENTRACIÓN Y DISPERSIÓN DEL TURISMO EN LA CHAPADA DIAMANTINA EN EL CONTEXTO DEL PROGRAMA DE REGIONALIZACIÓN DEL TURISMO (2004-2024)

**Henrique Rodrigues de Araújo<sup>1</sup>**   
**Carolina Todesco<sup>2</sup>** 

<sup>1</sup>Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

### RESUMO:

**Objetivo** – O objetivo da pesquisa é analisar o desempenho do setor de turismo na economia regional da Chapada Diamantina, no período de implementação do PRT (2004-2024), tendo como foco o movimento de concentração e dispersão da atividade turística e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

**Desenho/metodologia/abordagem** – Essa é uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, utilizando medida de análise regional através do cálculo de quociente locacional (QL).

**Resultados** – Os resultados demonstram que Lençóis/BA cumpriu, ao longo de duas décadas, o papel de polo indutor do turismo e sua área de influência abarcou principalmente municípios próximos. O estudo contribui teoricamente ao demonstrar como políticas de regionalização moldam padrões de concentração e dispersão do turismo em escala intrarregional.

**Implicações práticas** – A região turística Chapada Diamantina, no estado da Bahia, é composta por 40 municípios. Na década de 1990, o turismo na região era concentrado apenas no município de Lençóis. Nesse sentido, cabe questionar se, ao longo de 20 anos, as políticas de regionalização conseguiram promover a dispersão do turismo pelos municípios que compõem a região da Chapada Diamantina.

**Originalidade/valor** – A pesquisa integra a construção do conhecimento em turismo voltado para a Chapada Diamantina, que apesar de já ter sido foco de estudos, não foi tratada da forma como a presente pesquisa se propõe a fazer.

**Limitações da pesquisa** – O indicador QL é de natureza setorial e foca na localização das atividades entre os municípios, procurando identificar padrões de concentração ou dispersão espacial da variável escolhida e, por isso, são úteis para identificar padrões espaciais e tendências em estudos regionais, mas não permitem explicar as causas desses padrões, nem os fatores que influenciam suas mudanças.

**Palavras-chave:** Programa de Regionalização do Turismo; Chapada Diamantina; turismo; dispersão; economia regional; concentração.

### Informações Editoriais:

Double Blind Review

**Submissão:** 13/06/2025

**Avaliação:** 17/07/2025

**Aceite:** 14/01/2026

### Editor:

Dr. Luiz Carlos da Silva Flores

### Assistente Editorial:

Rafaela Cardoso

### Disponibilidade dos dados:

Os dados podem ser solicitados aos autores.

## ABSTRACT:

**Objective** – The objective of the research is to analyze the performance of the tourism sector in the regional economy of Chapada Diamantina during the implementation period of the Tourism Regionalization Program (PRT) (2004–2024), focusing on the processes of concentration and dispersion of tourism activity and its contribution to regional development.

**Design/methodology/approach** – This is an exploratory study with a quantitative approach, using regional analysis measures through the calculation of the Location Quotient (LQ).

**Results** – The results show that Lençóis has played, over two decades, the role of a tourism-inducing hub, and its area of influence has mainly encompassed nearby municipalities. The study contributes theoretically by demonstrating how regionalization policies shape patterns of tourism concentration and dispersion at an intraregional scale.

**Practical implications** – The Chapada Diamantina tourist region, in the state of Bahia, is composed of 40 municipalities. In the 1990s, tourism in the region was concentrated exclusively in the municipality of Lençóis. In this context, it is necessary to question whether, over a 20-year period, regionalization policies have been able to promote the dispersion of tourism across the municipalities that make up the Chapada Diamantina region.

**Originality/value** – The research contributes to the construction of tourism knowledge focused on Chapada Diamantina, which, although already the subject of previous studies, has not been addressed in the manner proposed by the present research.

**Research limitations** – The LQ is a sectoral indicator that focuses on the location of activities among municipalities, seeking to identify patterns of spatial concentration or dispersion of the selected variable. Therefore, it is useful for identifying spatial patterns and trends in regional studies, but it does not allow for explaining the causes of these patterns nor the factors influencing their changes.

**Keywords:** Tourism Regionalization Program; Chapada Diamantina; Tourism; Dispersion; Regional Economy; Concentration.

## RESUMEN:

**Objetivo** – El objetivo de la investigación es analizar el desempeño del sector turístico en la economía regional de la Chapada Diamantina durante el período de implementación del Programa de Regionalización del Turismo (PRT) (2004–2024), con énfasis en los procesos de concentración y dispersión de la actividad turística y su contribución al desarrollo regional.

**Diseño/metodología/enfoque** – Se trata de una investigación exploratoria, con enfoque cuantitativo, que utiliza medidas de análisis regional mediante el cálculo del Cociente de Localización (CL).

**Resultados** – Los resultados muestran que Lençóis ha desempeñado, a lo largo de dos décadas, el papel de polo inductor del turismo, y su área de influencia ha abarcado principalmente municipios cercanos. El estudio contribuye teóricamente al demostrar cómo las políticas de regionalización moldean los patrones de concentración y dispersión del turismo a escala intrarregional.

**Implicaciones prácticas** – La región turística Chapada Diamantina, en el estado de Bahía, está compuesta por 40 municipios. En la década de 1990, el turismo en la región se concentraba exclusivamente en el municipio de Lençóis. En este sentido, cabe cuestionar si, a lo largo de 20 años, las políticas de regionalización lograron promover la dispersión del turismo entre los municipios que conforman la región de la Chapada Diamantina.

**Originalidad/valor** – La investigación contribuye a la construcción del conocimiento en turismo orientado a la Chapada Diamantina, que, aunque ya ha sido objeto de estudios previos, no había sido abordada de la forma en que lo propone la presente investigación.

**Limitaciones de la investigación** – El CL es un indicador de naturaleza sectorial que se centra en la localización de las actividades entre los municipios, con el objetivo de identificar patrones de concentración o dispersión espacial de la variable seleccionada. Por ello, es útil para identificar patrones espaciales y tendencias en estudios regionales, pero no permite explicar las causas de dichos patrones ni los factores que influyen en sus cambios.

**Palabras Clave:** Programa de Regionalización Turística; Chapada Diamantina; Turismo; Dispersión; Economía Regional; Concentración.

## INTRODUÇÃO

O governo federal brasileiro, por meio de seu arcabouço político-institucional e pelas características do pacto federativo, tem um forte protagonismo na indução do desenvolvimento do turismo e em sua dispersão pelo território nacional (Cruz, 2020; Fonseca, Todesco, & Silva, 2022). Nesse sentido, muitos já foram os trabalhos que se debruçaram em discutir o processo de institucionalização do turismo no Brasil, suas principais políticas e seus rebatimentos socioespaciais, tais como Cruz (2000), Beni (2006), Becker (2006), Trentin e Fratucci (2012), Todesco (2013), Silva (2020), Lopes e Panosso Neto (2023), entre tantos outros.

Dentre os principais programas de turismo do governo federal estudados e discutidos pelos acadêmicos, encontram-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), implementado de 1994 a 2002, e o Programa de Regionali-

zação do Turismo (PRT), vigente desde 2004. Ambos são programas na área de gestão do turismo, baseados no princípio constitucional da descentralização.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo coordenado à época pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), com base nas orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT), propunha, principalmente, a conscientização, sensibilização e estímulo à capacitação dos atores locais envolvidos na estrutura organizacional dos municípios, para que esses agentes conseguissem compreender a importância do turismo e de seu planejamento participativo para a geração de emprego e renda, valorização da cultura material e imaterial, preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população (Brusadin, 2005; Trentin & Frattucci, 2012; Paula & Moesch, 2013).

Apesar das contribuições do PNMT, com a mudança de mandato presidencial, em 2003, o recém-criado Ministério do Turismo (MTur) substituiu o PNMT pelo PRT, com vistas a promover uma gestão descentralizada, integrada e compartilhada de ações, projetos e propostas entre os municípios de uma mesma região, objetivando inibir a concorrência intrarregional, estimulando a complementaridade e as parcerias entre municípios, concentrando esforços para o desenvolvimento regionalizado do turismo, com o objetivo final de diminuir a desigualdade regional no país (Brasil, 2007b). Desde então, a regionalização tem sido a principal estratégia do MTur, ao menos no discurso da política, para planejar e promover o desenvolvimento da atividade turística no território nacional.

O movimento da municipalização à regionalização marcou, portanto, o ordenamento e a gestão do turismo no país. Se, antes, o planejamento do turismo era cobrado principalmente dos governos municipais; a partir da década de 2000, a região é considerada a protagonista, ou seja, o planejamento, a gestão, a estruturação, a promoção e a comercialização devem ser concebidas pelas regiões turísticas, por meio de suas respectivas instâncias de governança, compactuando para que os destinos tenham uma configuração de escala regional e não mais apenas municipal (Paula & Moesch, 2013).

A regionalização busca o fortalecimento de roteiros inter-regionais com a inclusão de atrativos turísticos, naturais e culturais, de mais de um município, próximos ou limítrofes, que compartilham de uma identidade geográfica e histórico-cultural, para atrair maiores investimentos e fluxos. Logo, as ações concebidas para o planejamento, gestão, promoção e comercialização são voltadas para as regiões, e não mais para os municípios de forma isolada, compactuando para que os destinos sejam conhecidos por região e não mais por município.

Embora estudos como Ragagnin e Pereira (2021), que analisam a distribuição espacial do turismo no Brasil, Ribeiro e Santos (2021), que examinam as Atividades Características do Turismo (ACTs), e Ribeiro, Moura e Montenegro (2024), que investigam os efeitos das externalidades de especialização, urbanização e diversificação sobre o emprego turístico em microrregiões brasileiras, avancem na compreensão macroestrutural do setor, este artigo se diferencia ao incorporar uma inovação analítica: a interpretação do Quociente Locacional à luz das políticas de regionalização do turismo. Ao realizar uma leitura articulada entre indicadores econômicos e diretrizes políticas, o estudo aborda dimensões que as análises nacionais não contemplam, especialmente ao discutir as particularidades históricas, institucionais e territoriais da Chapada Diamantina.

Desse modo, o objeto de estudo desse artigo é a região turística da Chapada Diamantina, que abrange 40 municípios, localizada na região central do estado da Bahia. Em termos populacionais, extensão territorial e quantidade de municípios é a segunda maior região turística do Brasil. Conforme o Governo da Bahia (2022), é um destino de ecoturismo, turismo de aventura e de esportes radicais, produção de vinhos e eventos.

A Chapada Diamantina é uma região reconhecida pela sua biodiversidade, atrativos naturais e culturais. Os primórdios do turismo na região têm sua origem na década de 1970, concentrado, sobretudo, no município de Lençóis (Brito, 2005; Ganen & Viana, 2006; Serrer, 2019). Posteriormente, por meio do Programa Nacional de Municipalização (1994-2002), do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur NE) (1994-2020), e do Programa de Regionalização do Turismo (2004 - vigente), o governo federal passou a difundir a ideia do turismo como força motriz de desenvolvimento regional, trazendo consigo promessas de emprego, renda e oportunidades para as comunidades locais.

A região da Chapada Diamantina é um dos poucos destinos turísticos do interior do Nordeste consolidado no mercado turístico nacional, ou seja, recebe fluxos turísticos de outros estados brasileiros de forma regular. Entretanto, o fluxo, assim como os investimentos públicos e privados, da década de 1970 a 1990, concentrou-se, sobretudo, no município de Lençóis (Bahia, 2000; Brito, 2005; Ganen & Viana, 2006; Serrer, 2019; Rodrigues, 2022).

Com as políticas que visam à regionalização do turismo, tal como o PRT e o Prodetur NE, implementadas no século XXI, interessa-nos investigar se houve alteração do cenário na região ao longo das duas últimas décadas (2004-2024). Afinal, se o PRT e o Prodetur NE, especialmente a fase II, pretendiam desenvolver a região com investimentos pulverizados no território, nas áreas de gestão e planejamento, infraestrutura, qualificação e promoção, subentende-se que a atividade turística está em processo de dispersão pelos municípios que integram a região turística.

Logo, a questão central que norteia a pesquisa é: após as políticas de regionalização do turismo na Chapada Diamantina, o turismo que era altamente concentrado no município de Lençóis, até o final da década de 1990, conseguiu se dispersar para os municípios da região, contribuindo para a economia regional?

Analisar o processo histórico de concentração socioespacial do turismo na Chapada Diamantina e como políticas públicas de regionalização contribuem, ou não, em sua dispersão é fundamental para discutir e problematizar sobre a redução das desigualdades intrarregionais. Desse modo, a pesquisa integra a construção do conhecimento em turismo voltado para a Chapada Diamantina, que apesar de já ter sido foco de estudos, não foi tratada da forma como a presente pesquisa se propõe a fazer.

Dito isso, o objetivo principal deste estudo é analisar o desempenho do setor de turismo na economia regional da Chapada Diamantina, no período de implementação do Programa de Regionalização do Turismo (2004-2024), tendo como foco o movimento de concentração e dispersão da atividade turística e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Como objetivo específico, temos: Identificar os municípios da região especializados no setor de turismo, pelo indicador de quociente locacional (QL).

A pesquisa toma a região turística Chapada Diamantina como campo empírico, por representar um exemplo emblemático de como o turismo se articula a diferentes níveis de concentração do turismo, revelando as tensões entre o ideal de integração territorial e a persistência de desigualdades intrarregionais.

## REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA REGIONAL

Até a metade do século XX, a produção teórica em economia regional apresentava duas grandes correntes, influenciadas pelos impactos da revolução industrial (Cavalcante, 2007): a primeira refere-se ao conjunto de teorias clássicas da localização, que buscam explicar a localização de empresas no espaço geográfico, ou melhor, o comportamento locacional dos agentes econômicos; a segunda refere-se ao conjunto de teorias de desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores de aglomeração, ou seja, fatores que se relacionam com a concentração de empresas numa determinada área/região para obter vantagens que isoladamente não seriam possíveis.

As teorias de desenvolvimento regional partem da ideia de força motriz e exógena que influencia as demais atividades econômicas e gera crescimento econômico (Madureira, 2015; Oliveira & Lima, 2003). Para Madureira (2015) e Cavalcante (2007), as teorias de desenvolvimento regional de Perroux, Myrdal e Hirschman introduziram no contexto da ciência uma interdisciplinaridade na abordagem em temas que, até então, eram tratados exclusivamente com um viés economicista. No quadro 1 estão sistematizadas as contribuições teóricas desses autores no que tange ao desenvolvimento regional.

**Quadro 1: As principais teorias de desenvolvimento regional**

Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1967)
Um polo de crescimento surge pelo aparecimento de uma Indústria Motriz, que consegue separar seus fatores de produção e acaba por provocar uma concentração de capitais, aumentando seu poder. Nesse sentido, Perroux aborda três elementos de análise sobre os Polos de Crescimento: (1) A Indústria-Chave, indústria que quando aumenta sua produção, eleva consigo a produção da indústria e/ou indústrias vizinhas. A estratégia desse tipo de indústria (caso não seja monopolista), é diminuir seu preço via ganhos de escala e, com isso, aumentar gradativamente a produção; (2) O Regime não concorrencial do complexo é um sistema instável, pois irá gerar uma combinação de forças oligopolistas. Nesse sistema, a empresa dominante aumenta sua capacidade produtiva, e realiza um aumento de capital muito maior do que realizaria num ambiente exclusivamente competitivo; (3) O efeito Aglomeração Territorial, funde os dois elementos discutidos acima. "Num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos" (Perroux, 1967, p. 174).
Teoria da Causação Cumulativa de Myrdal (1965)
Faz uma análise micropolítica do desenvolvimento, e nessa análise ele considera que desenvolvimento se dá de formas diferentes entre os países, assim, divide-os em dois grupos: (1) desenvolvidos, que são detentores de altos níveis de renda per capita, integração nacional e investimentos; (2) subdesenvolvidos, que são possuidores de baixos níveis de renda per capita e com baixos índices de crescimento. Na explicação do desenvolvimento e subdesenvolvimento estão envolvidos inúmeros fatores econômicos e fatores não-econômicos. Esses últimos são geralmente desprezados pelos economistas por difícil mensuração, mas são de fundamental importância. Assim, em sua Teoria da Causação Circular Cumulativa, busca mostrar que o crescimento da economia em uma região, gera um "Círculo Virtuoso", impulsionado pelo movimento de capitais, migração de capital humano, aumento da taxa de natalidade, etc. De um modo inverso, as economias não beneficiadas por esses processos desenvolvem um "Círculo Vicioso", em que o fechamento de empresa amplia o desemprego, que, por sua vez, diminui a renda da região, que gera novos desempregados. A Teoria preocupa-se em analisar as inter-relações que acontecem dentro de um sistema social, quando o sistema econômico movimenta-se com base em questões exógenas.
Os Encadeamentos Produtivos de Hirschman (1961)
Considera que nos países tidos como retardatários, ou seja, que ainda não atingiram o desenvolvimento é preciso criar condições para que este se manifeste, o que dificilmente acontece de uma forma espontânea. Defende que se um país subdesenvolvido não consegue suprir as características necessárias ao desenvolvimento (como capital, educação técnica, sistema bancário adequado, infraestrutura), isso se dá em função da dificuldade desse país em tomar decisões para que os pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento possam ser estabelecidos. "Se o atraso é devido à insuficiência numérica, ao ritmo das decisões de desenvolvimento e à realização inadequada das tarefas desenvolvimentistas, então, o problema fundamental do desenvolvimento consiste em gerar e revigorar a ação humana em determinado sentido" (Hirschman 1961, p. 48). Nesse processo, devem ser considerados os desestímulos ao desenvolvimento. Esses desestímulos vêm de aspectos desfavoráveis de infraestrutura, serviços públicos, logística, financeira, etc. Sendo assim, a execução de projetos cadenciados deverá atingir, de forma efetiva, os gargalos ao desenvolvimento, e estimular o investimento local.

Fonte: elaboração própria, com base em Madureira (2006, p. 10-16).

As teorias de desenvolvimento regional, portanto, buscam compreender como espaços subnacionais podem crescer economicamente e se desenvolver. Perroux, Myrdal e Hirschman discorrem em diferentes abordagens, que vão desde a formação de polos de crescimento impulsionados por indústrias-chave e efeitos de aglomeração territorial (Perroux), os círculos virtuosos e viciosos do desenvolvimento (Myrdal) e à importância dos encadeamentos produtivos (Hirschman).

Capone e Boix (2008) destacam que o desenvolvimento local assume múltiplas formas, condicionado pelas características ambientais e pela trajetória histórica de cada território. Em linha semelhante, Centinaio, Comerio e Pacicco (2023) argumentam que o turismo pode funcionar como vetor de dinamização econômica, ainda que se reconheçam, desde o início, desigualdades estruturais entre os territórios beneficiados. Lazzarotti, Francesco e Capone (2009) acrescentam que sistemas turísticos localizados próximos a áreas com elevado dinamismo tendem a apresentar maior desenvolvimento, enquanto aqueles inseridos em contextos de baixo crescimento reproduzem fragilidades estruturais.

Posteriormente, Romão e Nijkamp (2018), ao retomarem a perspectiva da geografia econômica evolucionária, reforçam que estratégias de especialização inteligente são essenciais para orientar o desenvolvimento turístico de forma coerente com as capacidades endógenas de cada região. Complementarmente, Yang e Fik (2014) demonstram que o crescimento do turismo regional é influenciado tanto pelos efeitos de transbordamento espacial quanto pela heterogeneidade espacial entre os territórios. Por fim, Zhang, Xu e Zhuang (2011) enfatizam que o desempenho turístico de uma cidade está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento das localidades vizinhas, indicando um padrão de interdependência espacial que molda as dinâmicas regionais do setor.

No Brasil, o economista Celso Furtado teve um papel relevante na discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, atuando no âmbito acadêmico e como agente do Estado na produção de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades regionais. Segundo Furtado (1974), o desenvolvimento econômico não é um modelo que possa ser simplesmente copiado das experiências de “países desenvolvidos” e aplicado em “países subdesenvolvidos”. Furtado (1974) acredita que grande parte das dificuldades que os países periféricos (agrícolas) enfrentam vem do fato de não conseguirem coordenar suas políticas internas em razão de suas políticas internacionais, que favorecem as negociações com os países centrais (industrializados). Os países periféricos têm dificuldades de se imporem nas negociações com os países centrais pelo poder que as grandes empresas estrangeiras possuem. Para Furtado (1974), a crescente atuação de empresas estrangeiras, promovendo o crescimento de algumas regiões e proporcionando a elas uma inserção no consumo, gera tensões sociais que precisam ser controladas pelo Estado, pois, de outra forma, para o autor, não é possível coordenar o processo de desenvolvimento social.

Um dos principais desafios das políticas de desenvolvimento regional é conseguir induzir o crescimento econômico concomitante ao desenvolvimento social. Nesse sentido, o desenvolvimento regional deve, segundo Oliveira e Lima (2003, p. 31), considerar a “participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”, o qual deve gerar melhorias na saúde, renda, educação entre outros aspectos que afetam a qualidade de vida da população.

A ideia de desenvolvimento regional, influenciada pelas teorias de polos de crescimento e da especialização das atividades econômicas, vão respaldar as mais diversas políticas setoriais, inclusive de turismo. No Nordeste, segundo Cavalcanti e Paiva (1993, p. 53), “o turismo passou a ser concebido como uma possibilidade de política de desenvolvimento regional a partir da ocupação da faixa litorânea – considerada de grande atração turística. Assim, foram iniciados os planos urbanos-turísticos”, a partir da década de 1970. A opção por desenvolver determinadas áreas por meio do turismo como força motriz, segundo as autoras, se deviam: ao baixo custo de capital, uma vez que não implica em máquinas e equipamentos de alto custo, diferentemente da indústria; ao período de maturação dos investimentos ser mais rápido em comparação com outras atividades econômicas; por utilizar recursos materiais, humanos e financeiros locais.

O turismo passou a ser considerado como uma atividade mais estratégica que a indústria para impulsionar o desenvolvimento regional em localidades com paisagens atrativas e/ou em áreas com restrições ambientais, como é o caso da região da Chapada Diamantina. Assim, as teorias de desenvolvimento regional influenciaram significativamente a produção do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur NE I e II) e o Programa de Regionalização do Turismo.

A intenção do PRT é, portanto, promover, por meio do turismo, o desenvolvimento regional, partindo do pressuposto que o turismo teria a capacidade de fomentar a economia regional, em que os destinos indutores, no caso Lençóis na Chapada Diamantina, poderiam fomentar a economia dos municípios da região, desconcentrando fluxos, oferta de equipamentos e serviços, consequentemente, redistribuindo emprego, renda e outros benefícios na região.

Nesse sentido, deve-se compreender os fatores de concentração e dispersão das atividades econômicas. Santos e Silveira (2008) caracterizam a distribuição de recursos e atividades em um território influenciadas por forças de concentração e dispersão, ou por forças centrípetas e centrífugas. Essas dinâmicas criam áreas de aglomeração e de rarefação, estabelecendo hierarquias e desigualdades regionais.

O território tende a funcionar dentro de um modelo combinado segundo o qual alguns dos seus pontos tendem a reunir recursos e forças, levando a fenômenos aglomerativos, enquanto, em outras partes, verifica-se o contrário. Entre esses casos extremos, há toda a gama de situações intermediárias. É assim que se estabelecem, no mapa de um país ou de uma região, hierarquias estatísticas e funcionais, justamente com áreas de desigualdade e rarefação e com manchas mais ou menos dinâmicas (Santos & Silveira, 2008, p. 303).

É possível, também, refletir sobre a especialização enquanto processo de concentração de atividades em determinados setores. Desse modo, Santos (2006), considera que a especialização reflete a divisão territorial, regional e internacional. A difusão dos transportes e das comunicações, segundo Santos (1988), criou a possibilidade da especialização produtiva, pois as regiões não precisaram mais produzir tudo para sua subsistência. Dessa forma, segundo o autor, a especialização funcional foi possibilitada pela intensificação do movimento e das trocas. Nesse processo, de novas especializações produtivas (inclusive do turismo) é materializada a emergência de novas formas de produção das mercadorias e do espaço.

Diante de tais pressupostos, Santos (2006) defende que os “lugares se especializam em função de suas virtualidades naturais, da sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social” (Santos, 2006, p. 248). Nesse processo, evidencia-se, conforme Santos (2006) e Santos e Silveira (2008), o acontecer hierárquico e a introdução das verticalidades, em que os lugares e regiões acabam aderindo à competitividade, importando modelos em detrimento das lógicas locais, reorganizando as horizontalidades.

Silva e Andraz (2004) e Mattei e Mattei (2017) alertam para a importância de uma sólida reflexão teórica para compreender as características de uma região, assim como da sua estrutura produtiva, das tendências evolutivas e de suas especialidades. Para Haddad (1989), dentro do arcabouço de possibilidades de técnicas de análise das características regionais, destaca-se o método de análise regional, que apresenta medidas de localização e especialização, identificam padrões de comportamento dos setores produtivos no espaço econômico, assim como padrões de comportamento dos setores produtivos entre regiões.

Para a análise da concentração/dispersão do turismo e consequente especialização do turismo na economia regional da Chapada Diamantina, lançaremos mão do cálculo do quociente locacional para dois diferentes anos, 2004 e 2023, observando se, em duas décadas, houve mudanças no comportamento de concentração da atividade turística na região.

Esse método permite, de forma complementar, conhecer as características da especialização do setor de turismo na estrutura econômica da região da Chapada Diamantina, com foco em compreender o papel que a atividade econômica do turismo desempenhou na economia regional e consequentemente no desenvolvimento regional, a partir da implementação das políticas de turismo no século XXI.

## REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA

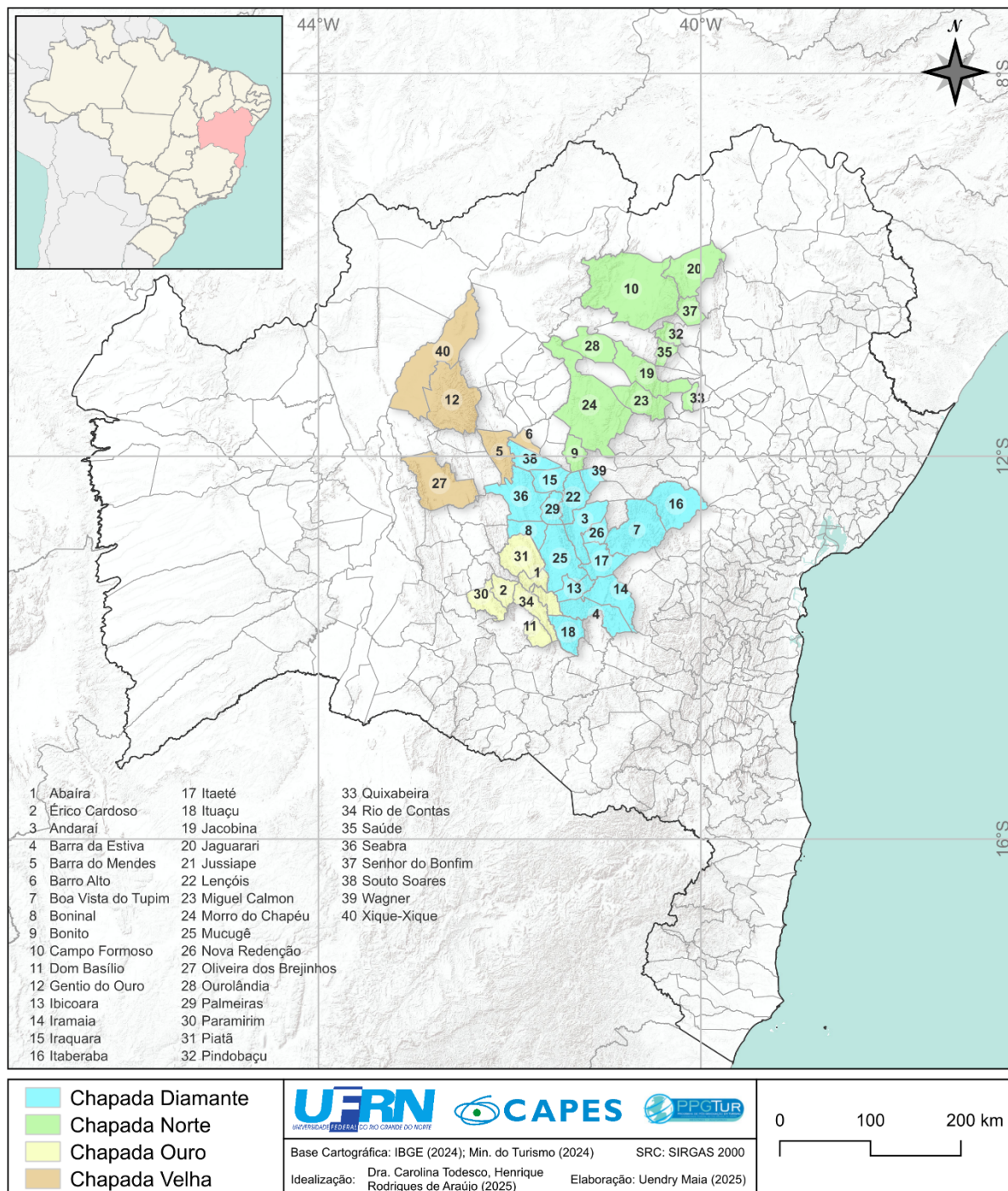
A região turística da Chapada Diamantina representa 37,7% dos municípios turísticos do estado da Bahia; nesse contexto, o termo “municípios turísticos” refere-se aos municípios oficialmente integrados ao Mapa do Turismo Brasileiro, conforme os critérios de inclusão definidos pelo PRT. Em termos de quantidade de municípios é a segunda maior região turística do Brasil, ficando atrás apenas da região “Trilha do Rio Doce”, do estado de Minas Gerais, que detém 52 municípios.

De acordo com o documento “Estratégia Turística da Bahia”, publicado em 2020, a Chapada Diamantina é um destino de ecoturismo, turismo de aventura e de esportes radicais, produção de vinhos e eventos.

Localizada na porção central do estado da Bahia, a Chapada Diamantina ocupa uma área territorial de 61.496,774 km<sup>2</sup>. Desse modo, a região é maior que o estado da Paraíba e até mesmo de países como a Croácia. O conjunto de 40 municípios somam 922.972 habitantes, superando a população de estados brasileiros, como Roraima, Amapá e Acre.

Por ser uma região imensa, os municípios, para fins de planejamento, foram agrupados em quatro microrregiões, denominadas de “circuitos” (Figura 1), de forma a evidenciar seus aspectos históricos e culturais e compartilharem singularidades (Rodrigues, 2022).

Figura 1. Região Turística Chapada Diamantina dividida por “Circuitos” – Mapa do Turismo Brasileiro (2024)



Fonte: elaborado com base em Brasil, Ministério do Turismo, Mapa do Turismo Brasileiro (2024).

A Chapada Diamante (em azul) é composta por 17 municípios: Andaraí, Barra da Estiva, Boa Vista do Tupim, Boninal, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaberaba, Itaeté, Ituaçu, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra, Souto Soares e Wagner. A Chapada Norte (em verde) é composta por dez municípios: Campo Formoso, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Quixabeira, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Saúde, Bonito, Jacobina e Jaguarari. A Chapada Ouro (em amarelo) abarca sete municípios: Abaíra, Dom Basílio, Érico Cardoso, Jussiapé, Paramirim, Piatã e Rio de Contas. A Chapada Velha (em marrom) abrange seis municípios: Barro Alto, Barra do Mendes, Gentio do Ouro, Oliveira dos Brejinhos, Ourolândia e Xique-Xique. Evidentemente, essa composição foi influenciada pela regionalização feita no início da década de 2000 pelo PDITS Polo Chapada Diamantina (2004), no âmbito do Prodetur NE II, o qual propôs uma divisão da região em três microrregiões (Chapada Diamante, Chapada Norte e Chapada Ouro).

O crescimento e a integração dos municípios turísticos da Chapada Diamantina, portanto, refletem a evolução e a dinâmica do Mapa do Turismo Brasileiro e do Programa de Regionalização do Turismo, com seus critérios de inclusão que foram sendo exigidos ao longo do tempo. A formação das regiões turísticas foi impulsionada pela competitividade e pela busca de identidade regional (Fonseca, Todesco, & Silva, 2022) e, no caso da região da Chapada Diamantina, manteve-se numerosa em termos de municípios, mas a divisão por circuitos foi uma forma que encontraram para conseguirem dinamizar o planejamento e a gestão do turismo em microrregiões, a partir da constituição de uma Câmara Técnica para cada circuito.

## METODOLOGIA

Considerando a concentração e a dispersão do turismo na região da Chapada Diamantina e seu papel no desenvolvimento regional, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, com uma abordagem quantitativa das informações coletadas do estudo de caso adotado. Fez-se o uso do método da economia regional para caracterizar o comportamento da atividade turística na região da Chapada Diamantina, com a coleta de dados de empregos no setor de turismo para efetuar o cálculo de quociente locacional (QL).

O Quociente Locacional indica se o setor é mais especializado na localidade de análise quando comparado com o mesmo setor na região de referência (Figueiredo, 2020a). Conforme Vidigal, Campos e Rocha (2009), "trata-se de um índice utilizado para determinar o grau de especialização de uma região ou município em uma atividade específica" (Vidigal, Campos, & Rocha, 2009, p. 38).

Para comparar o comportamento do setor de turismo na região em um intervalo de 20 anos, foi realizado o cálculo do Quociente Locacional com os dados de emprego da RAIS de 2004 e de 2023. Para a coleta dos dados referentes ao ano de 2023 foram utilizadas as ACTs da CNAE 2.0 e para a coleta dos dados referentes ao ano de 2004 utilizou-se as ACTs da CNAE 1.0.

Para o cálculo do Quociente Locacional, considera-se:

$E_{ki}$	Emprego no setor $k$ na localidade de análise $i$
$E_i$	Emprego total na localidade de análise $i$
$E_k$	Emprego no setor $k$ na região de referência
$E$	Emprego total da região de referência

Equação 1. Quociente Locacional (QL)

$$Q_{Lki} = \left( \frac{\frac{E_{ki}}{E_i}}{\frac{E_k}{E}} \right)$$

Se o resultado apresentar  $QL > 1$ , demonstrará que a localidade de análise é relativamente mais especializada nesse setor que a região de referência. Quando  $QL < 1$ , a localidade analisada tem representação menor deste setor do que a sua representação na região de referência (Figueiredo, 2020a). Ou seja, em nosso estudo,  $QL > 1$  significa que o município é relativamente mais especializado no setor de turismo comparado ao conjunto de municípios da região da Chapada Diamantina.  $QL < 1$  significa que o município tem representação menor no setor de turismo comparado à região.

Também é possível considerar a seguinte escala:  $0,0 \leq QL < 0,5$  - baixa especialização;  $0,5 \leq QL < 1,0$  - média especialização;  $1,0 \leq QL < 5,0$  - alta especialização;  $5,0 \leq QL \leq 10,1$  - muito alta especialização.

O recorte temporal do estudo refere-se ao período de 2004 a 2024, abarcando duas décadas em que os municípios da região da Chapada Diamantina estiveram envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo, assim como no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste fase II.

A região é a escala espacial adotada, que a princípio pode ter diferentes contornos. A própria produção teórica sobre desenvolvimento regional sempre recaiu em uma sistematização desafiadora, a começar pelo ponto de vista metodológico referente ao objeto de análise, visto que não há um conceito universal de região (Cavalcante, 2007; Souza & Theis, 2009; Corrêa, Silveira, & Kist, 2019). Sendo assim, existe uma diversidade de possibilidades para definir uma região, e a mais adequada a ser empregada dependerá do objetivo proposto.

No caso, a região adotada para estudo é o recorte espacial realizado pelas políticas para fins de planejamento e gestão do turismo, definidas em articulação pelos três níveis de governo, que resultaram no Mapa do Turismo Brasileiro de 2024, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, com o foco específico no que foi denominado de região turística Chapada Diamantina, composta por 40 municípios.

Conforme afirmam Porsse e Vale (2020), existem diferentes padrões de localização das atividades econômicas, bem como características diferenciadas das estruturas produtivas das unidades territoriais. Nesse contexto, os autores ressaltam os seguintes questionamentos: “Como as diversas atividades econômicas se distribuem no espaço? As atividades estão dispersas ou concentradas em determinadas localidades? Se são concentradas, em quais regiões? Como se caracterizam as estruturas produtivas de cada unidade territorial? São diversificadas ou especializadas?” (Porsse & Vale, 2020, p. 3). Para tratar essas questões, é possível recorrer a medidas de localização e de especialização das unidades territoriais.

As medidas de localização são divididas a partir dos seguintes indicadores: quociente locacional, coeficiente de localização e coeficiente de redistribuição (Haddad, 1989; Vidigal, Campos, & Rocha, 2009; Amaral Filho, 2001). Segundo Mattei e Mattei (2017), esses indicadores são de natureza setorial e focam na localização das atividades entre as regiões, procurando identificar padrões de concentração ou dispersão espacial da variável escolhida. As medidas de especialização referem-se àquelas formadas pelo coeficiente de especialização e coeficiente de reestruturação; ambas se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região (Haddad, 1989; Mattei & Mattei, 2017; Porsse & Vale, 2020).

No presente estudo, adota-se o indicador do quociente locacional (QL), uma medida de localização, que indicará a especialização e importância do emprego no setor de turismo nos municípios da região da Chapada Diamantina, evidenciando a ocorrência (ou não) de concentração do setor em determinados municípios.

Cabe destacar que pretende-se efetuar uma análise da economia intrarregional. Dessa forma, a localidade de análise são os municípios, a localidade de referência é a região da Chapada Diamantina (o conjunto de 40 municípios) e o setor em análise é o setor de turismo, com base nos dados de emprego formal. A cartografia temática foi empregada como instrumento de análise.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi a fonte de dados utilizada para obter o número de empregos formais por município da região da Chapada Diamantina. Para uma análise temporal, foram coletados os dados do setor de turismo dos anos de 2004 e de 2023 (o ano mais atual disponível até a presente data da pesquisa).

A RAIS é uma plataforma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que possibilita a coleta de informações confiáveis que dão suporte a compreensão de indicadores de concentração geográfica de empresas, de localização ou especialização regional (Mattei & Mattei, 2017; Figueiredo, 2020b).

## O COMPORTAMENTO DO SETOR DE TURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA (2004-2023)

Para a análise do setor econômico do turismo na região da Chapada Diamantina levou-se em consideração o estudo realizado por Sakowski (2013), que discute os aspectos metodológicos do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo, desenvolvido no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e o Ministério do Turismo. Há que se destacar as duas principais formas de mensurar o emprego relacionado ao turismo, quais sejam:

A primeira considera a totalidade das ocupações nas ACTs, independentemente de estas ocupações estarem relacionadas ao consumo de turistas ou não. A segunda consiste em contabilizar apenas o “emprego estritamente relacionado aos bens e serviços adquiridos por visitantes”, mas não se restringe apenas às ACTs (Sakowski, 2013, p. 8).

Em decorrência desse argumento, a primeira forma, por exemplo, considera todos os empregos no setor. Todavia, na segunda forma, são contabilizados apenas aqueles empregos relacionados ao consumo turístico, ou seja, apenas uma parcela dos empregos no setor. Especificamente em relação à segunda forma, faz-se necessário saber que, embora forneça uma visão mais pontual da dimensão do mercado de trabalho do turismo, seu cálculo exige informações relativas ao consumo turístico (coeficientes de atendimento turístico), que não estão disponíveis para a escala municipal.

Desse modo, nesta pesquisa foi considerada a totalidade das ocupações nas Atividades Características do Turismo (ACTs) por município, o que com certeza gera dados superestimados no setor, pois parte dos empregos não necessariamente estão relacionados ao consumo do turista, em especial, por exemplo, nas áreas de alimentação, transporte, cultura e lazer; as atividades com maior correlação com o consumo turístico são os meios de hospedagem e as agências de viagens (Sakowski, 2013).

Outro grande desafio para analisar o mercado de trabalho no setor de turismo, segundo Sakowski (2013), é a definição em termos metodológicos do recorte das ACTs, dada as múltiplas facetas de inclusão ou exclusão de uma atividade. Para tanto, nesta pesquisa foi considerado o recorte das ACTs proposto pelo Ipea (Sakowski, 2013), seguindo as recomendações da Organização Mundial do Turismo (OMT), a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional, que classifica as atividades econômicas em cinco níveis: Seções; Divisões; Grupos; Classes e Subclasses. De modo geral, as ACTs são consideradas atividades nos setores de transporte, alimentação, hospedagem, agência de viagens, cultura e lazer. A seguir, na tabela 1, os resultados do quociente locacional por município da Chapada Diamantina nos anos de 2004 e 2023.

**Tabela 1. Quociente Locacional do Setor de Turismo nos municípios da Chapada Diamantina (2004 e 2023)**

Município	Emprego no setor de turismo		Total de empregos		QL	
	2004	2023	2004	2023	2004	2023
Abaíra	0	0	299	483	0,0	0,0
Andaraí	17	36	121	1301	4,9	0,8
Barra da Estiva	7	28	970	3073	0,3	0,3
Barra do Mendes	2	2	296	673	0,2	0,1
Barro Alto	3	1	352	781	0,3	0,0
Boa Vista do Tupim	3	0	822	1144	0,1	0,0
Boninal	0	2	651	1021	0,0	0,1
Bonito	3	0	714	1092	0,1	0,0
Campo Formoso	51	116	1533	5006	1,2	0,7
Dom Basílio	1	5	340	1043	0,1	0,1
Érico Cardoso		-	-	-	-	-
Gentio do Ouro	0	26	379	2526	0,0	0,3
Ibicoara	0	46	2553	5665	0,0	0,2
Iramaia	1	16	353	590	0,1	0,8
Iraquara	0	70	596	1645	0,0	1,3
Itaberaba	200	356	3716	11675	1,9	0,9
Itaeté	2	4	494	641	0,1	0,2
Ituaçu	4	24	837	1313	0,2	0,5
Jacobina	164	634	5320	12932	1,1	1,4
Jaguarari	46	165	1945	5304	0,8	0,9
Jussiape	1	39	439	650	0,1	1,8
Lençóis	188	425	555	1243	11,7	10,1
Miguel Calmon	9	13	1274	2089	0,2	0,2
Morro do Chapéu	13	111	327	2899	1,4	1,1
Mucugê	22	169	820	4500	0,9	1,1
Nova Redenção	0	4	8	448	0,0	0,3
Oliveira dos Brejinhos	16	57	783	1692	0,7	1,0
Ourolândia	0	19	209	1580	0,0	0,4
Palmeiras	9	104	260	842	1,2	3,6
Paramirim	12	19	692	2830	0,6	0,2
Piatã	1	4	515	1011	0,1	0,1
Pindobaçu	0	2	715	1398	0,0	0,0
Quixabeira	0	2	359	1111	0,0	0,1
Rio de Contas	18	34	465	714	1,3	1,4
Saúde	1	1	593	701	0,1	0,0
Seabra	197	385	1606	5294	4,3	2,1
Senhor do Bonfim	166	409	6256	9313	0,9	1,3
Souto Soares	0	5	310	701	0,0	0,2
Wagner	1	0	295	544	0,1	0,0
Xique-Xique	39	89	2746	3133	0,5	0,8
Região Chapada Diamantina	1.197	3.422	41.518	100.601		

Fonte: elaborado com base na RAIS (2004 e 2023).

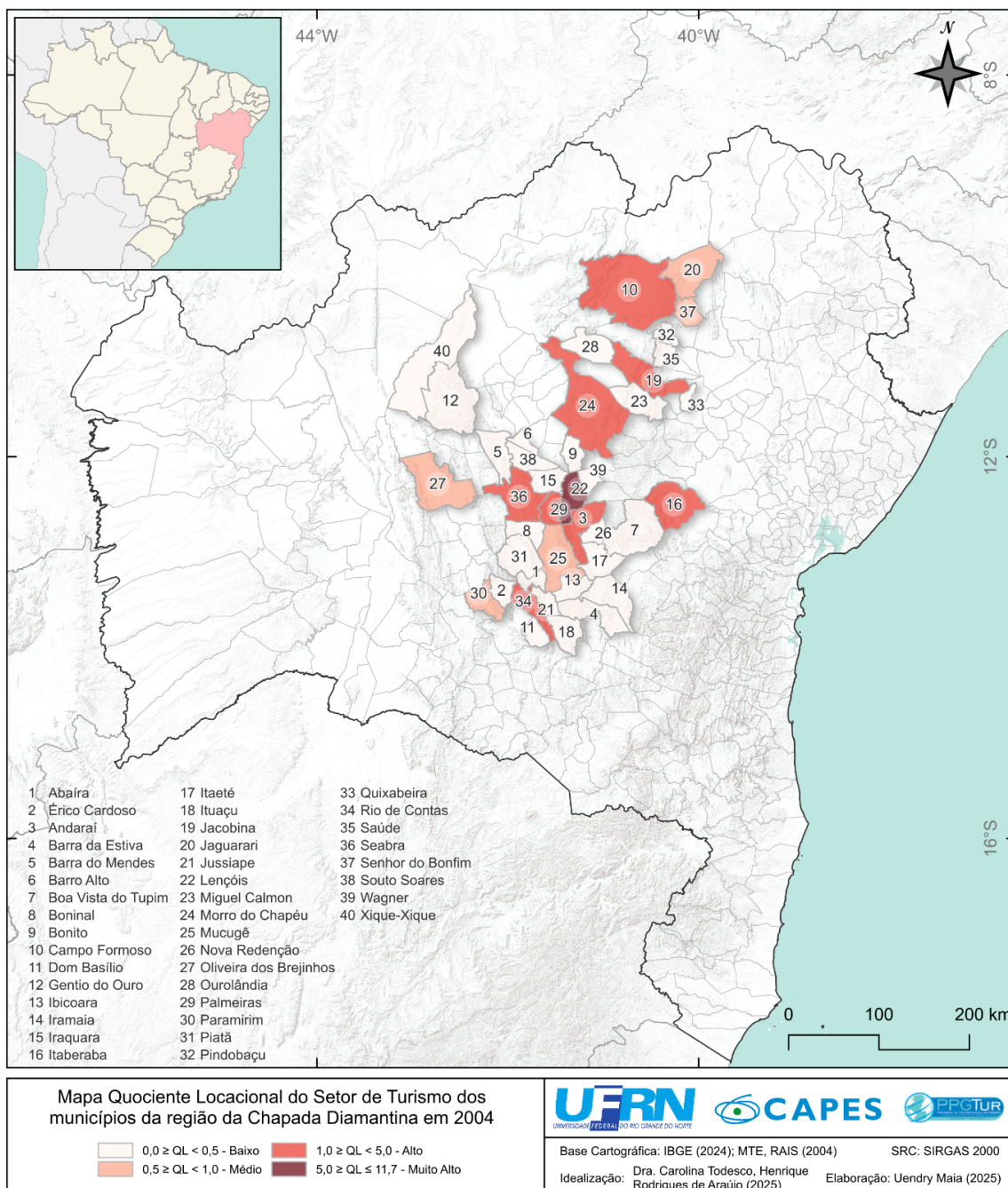
Nota-se que, no ano de 2004, a região totalizava 1.197 empregos no setor de turismo, representando 3% do total de empregos da região. Em dez municípios, não havia um emprego sequer no setor de turismo, e em 12 municípios, os empregos em turismo não chegavam a cinco.

Em 2004, como demonstrado na tabela 1, Lençóis apresentava o QL mais alto da região (QL = 11,7), demonstrando ser o município mais especializado no setor de turismo, comparado aos municípios da Chapada Diamantina, evidenciando uma altíssima concentração da atividade turística neste município, conforme pode ser observado no Figura 2.

No caso de Lençóis, trata-se do setor de hospedagem que contribui para o QL alto, evidenciando que, de fato, a atividade turística era significativamente concentrada nesse município.

Naquele mesmo ano, o setor de turismo também aparecia com um nível alto de concentração nos municípios de Andaraí (QL = 4,9), Seabra (QL = 4,3), Itaberaba (QL = 1,9), Morro do Chapéu (QL = 1,4), Rio de Contas (QL = 1,3), Campo Formoso (QL = 1,2), Palmeiras (QL = 1,2) e Jacobina (QL = 1,1). Com exceção de Palmeiras, Morro do Chapéu e Campo Formoso, nos demais municípios não é o setor de hospedagem que contribui para o QL elevado, mas outros setores, tais como de alimentação. Nos casos de Itaberaba e Seabra o setor que eleva o QL é o setor de transporte rodoviário de passageiros.

**Figura 2. Quociente Locacional do Setor de Turismo dos municípios da região da Chapada Diamantina – 2004**



Fonte: elaborado com base em MTE, RAIS (2004).

Após 20 anos, sob o Programa de Regionalização do Turismo, observa-se que o cenário do turismo na região da Chapada Diamantina se alterou parcialmente. O Quociente Locacional do setor de Turismo nos municípios da Chapada Diamantina no ano de 2023 encontra-se apresentado na tabela 1.

Em termos absolutos, o emprego no setor de turismo, em 20 anos, aumentou de 1.197, em 2004, para 3.422, em 2023, um crescimento de 187%, enquanto o emprego total na região aumentou de 41.518 para 100.601, ou seja, 142%. O crescimento no setor de turismo foi acima do crescimento geral de todos os setores.

Os dados mais recentes apresentam a tendência do comportamento do setor de turismo na Chapada Diamantina e evidenciam a concentração espacial do turismo. Conforme os indicadores do QL analisados no ano de 2023, observa-se uma distribuição semelhante (2004 e 2023) da especialização turística da região.

O quantitativo de municípios com baixo grau de especialização no turismo ( $0,0 \leq QL < 0,5$  - baixo) manteve-se elevado, e incluem municípios como: Abaíra (QL = 0); Barro Alto (QL = 0); Boa Vista do Tupim (QL = 0) Boninal (QL = 0); Saúde (QL = 0); Wagner (QL = 0); Pindobaçu (QL = 0,1); Bonito (QL = 0,1); Piatã (QL = 0,1); Dom Basílio (QL = 0,1); Barra do Mendes (QL = 0,1); Quixabeira (QL = 0,1); Ibicoara (QL = 0,2); Paramirim (QL = 0,2); Miguel Calmon (QL = 0,2); Itaeté (QL = 0,2); Souto Soares (QL = 0,2); Barra da Estiva (QL = 0,3); Gentio do Ouro (QL = 0,3); Nova Redenção (QL = 0,3); Ourolândia (QL = 0,4) e Ituaçu (QL = 0,5).

Esses são os espaços de rarefação, com clara ausência de empresas e empregos no setor do turismo, como também estão fora dos roteiros comercializados pelas operadoras, com exceção de Ibicoara.

Interessante realizar, aqui, algumas comparações temporais: (I) o município de Palmeiras se especializou ainda mais no setor de turismo, em 20 anos, passando de QL 1,2, em 2004, para QL 3,6, em 2023. (II) Mucugê também apresentou uma forte especialização no setor, saindo de QL 0,9, em 2004, para QL 1,1 em 2023. (III) Entre todos os municípios, a maior diferença ocorreu no caso de Iraquara, que saiu de QL 0,0, em 2004, para QL 1,3, em 2023.

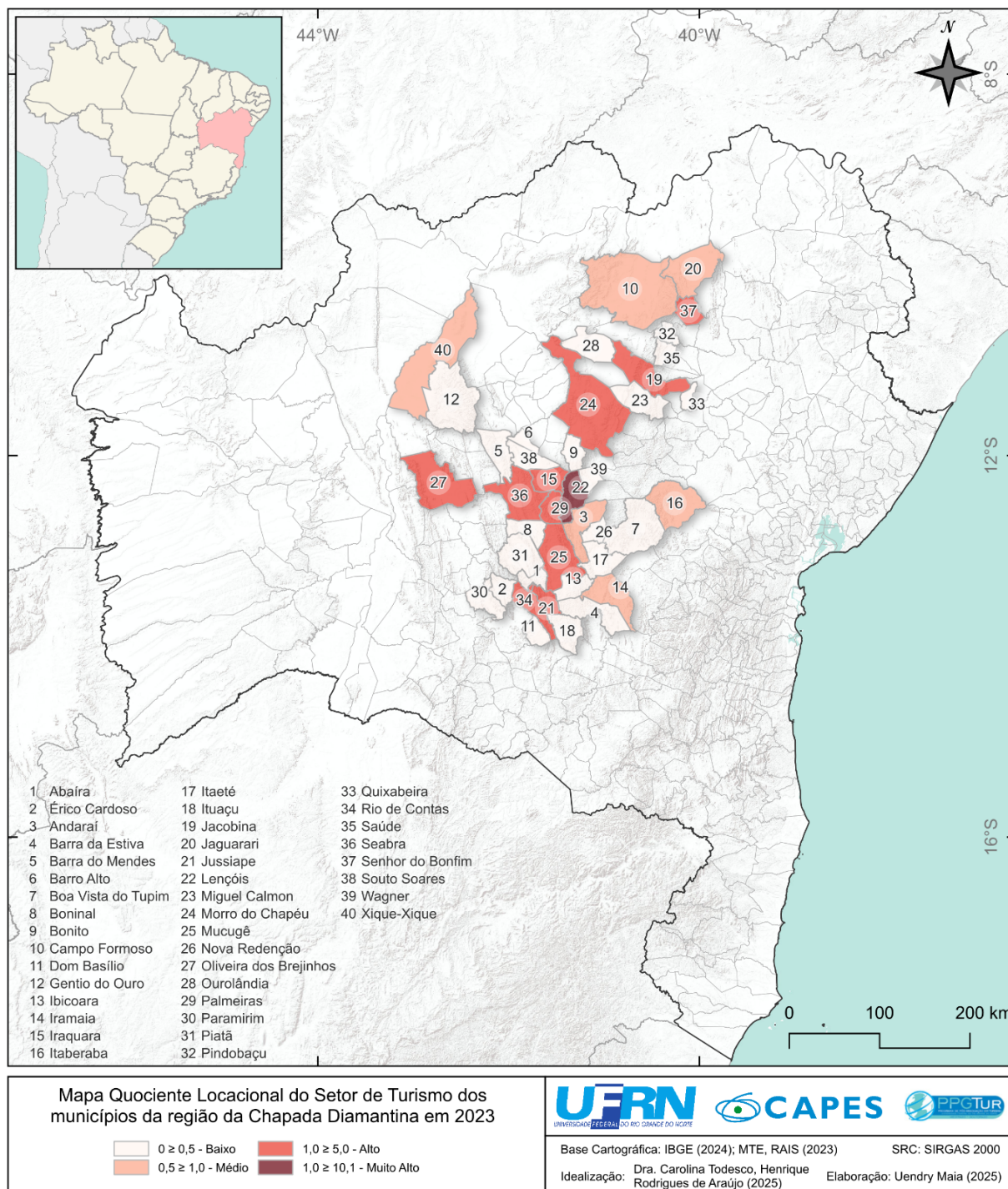
Por outro lado, Seabra, que antes possuía um QL de 4,3 em 2004, passou para QL 2,1 em 2023, embora tenha se mantido dentro do grupo considerado de alta especialização. Mas vale destacar que o QL alto ainda se deve ao setor de transporte rodoviário, assim como era em 2004.

O município de Lençóis continua sendo o mais especializado no setor de turismo, com um QL de 10,1, mantendo-se com o mais alto grau de concentração do setor de turismo, ainda que demonstre uma leve redução comparada a 2004 (11,7).

Já o município de Andaraí, que, em 2004, apresentava alto grau de especialização, em 2023, o município apresentou grau médio de especialização com QL de 0,8, embora seu QL no setor de turismo se deve exclusivamente aos setores de hospedagem e agências de viagens. O declínio pode estar relacionado a mudanças estruturais na economia do município.

A Figura 3 evidencia a distribuição desigual do setor de Turismo, apresentando a concentração do setor em determinados municípios da região da Chapada Diamantina em 2023.

Figura 3. Quociente Locacional do Setor de Turismo dos municípios da região da Chapada Diamantina – 2023



Fonte: elaborado com base em MTE, RAIS (2023).

De acordo com a figura 3, os municípios com muito alta concentração, Lençóis (QL 10,1) e de alta concentração: Palmeiras (QL = 3,6), Seabra (QL = 2,1), Jussiape (QL = 1,8), Rio de Contas (QL = 1,4), Senhor do Bonfim (QL = 1,3), Iraquara (QL = 1,3), Morro do Chapéu (QL = 1,1), Mucugê (QL = 1,1) e Oliveira dos Brejinhos (QL = 1,0). Sendo que, desses municípios, quatro estão localizados na Chapada Diamante (44,4%), dois na Chapada Ouro (22,2%), dois na Chapada Norte (22,2%) e um na Chapada Velha (11,1%).

Vale lembrar que, desses municípios, Seabra, Jussiape, Senhor do Bonfim e Oliveira dos Brejinhos não são abarcados por roteiros turísticos comercializados por agências. Jussiape e Seabra tem QL alto, devido ao setor de transporte, Pimentel e Kunz (2022) destacam que empresas do setor de transportes tendem a se instalar em municípios próximos aos destinos turísticos para reduzir custos imobiliários, como Senhor do Bonfim e Oliveira dos Brejinhos, que podem estar sendo impulsionados por outros setores econômicos preponderantes nesses municípios e não necessariamente relacionados ao consumo turístico.

Os municípios de Lençóis, Palmeiras, Iraquara e Mucugê são abarcados por uma quantidade elevada de roteiros turísticos comercializados pelas agências de receptivo e operadoras turísticas e concentram meios de hospedagem e agências de receptivo, demonstrando ser os municípios turísticos da região. Logo, a descentralização do turismo brasileiro avança de modo desigual, enquanto alguns municípios se consolidam como polos de atração, outros permanecem em condições periféricas, mesmo sob políticas que pregam a integração e a descentralização.

Evidentemente, nesses 20 anos (2004-2023), Lençóis atuou como polo indutor dos fluxos turísticos para os municípios vizinhos circunscritos à microrregião Chapada Diamante, contribuindo para a dispersão do turismo em direção a Palmeiras, Iraquara e Mucugê, ampliando a concentração da atividade nesses quatro municípios.

Os resultados demonstraram que, embora o PRT proponha a integração territorial e a desconcentração econômica, sua efetivação na Chapada Diamantina confirma a persistência de dinâmicas espaciais explicadas por autores clássicos do desenvolvimento regional. A manutenção de Lençóis como polo hegemônico e a especialização crescente de municípios adjacentes reforçam a atualidade dos efeitos de aglomeração de Perroux e dos círculos cumulativos de Myrdal, evidenciando que políticas descentralizadoras tendem a intensificar vantagens já estabelecidas (Madureira, 2015; Cavalcante, 2007).

Ademais, o padrão seletivo de dispersão observado dialoga com a noção de especialização funcional de Santos (1988), ao revelar que a regionalização não uniformiza o espaço turístico, mas antes reforça hierarquias intrarregionais. Assim, o estudo amplia o debate teórico ao mostrar que a regionalização do turismo opera como processo híbrido, no qual instrumentos estatais interagem com estruturas pré-existentes, produzindo resultados que combinam dispersão limitada e concentração persistente.

A seguir estão as considerações finais da pesquisa, destacando sua contribuição para a área do conhecimento do turismo, descrição das dificuldades encontradas para a execução do estudo, identificação das lacunas ainda deixadas pela pesquisa e sugestões de futuras pesquisas sobre o tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho surgiu com o interesse de compreender a dinâmica do setor de turismo na Chapada Diamantina no contexto do Programa de Regionalização do Turismo, tendo como foco o movimento de concentração e dispersão da atividade turística e sua posição na economia regional.

A aplicação do indicador de quociente locacional (QL), uma medida de economia regional, que possibilita identificar se o município é especializado em um determinado setor produtivo, quando comparado à região. Conforme os resultados, em 2004, Lençóis apresentava o QL mais alto da região, configurando-se no município mais especializado no setor de turismo da Chapada Diamantina. Após 20 anos, observa-se que o cenário do turismo na região da Chapada Diamantina se alterou parcialmente. Em 2023, Lençóis manteve-se praticamente na posição, porém municípios como Palmeiras, Mucugê e Iraquara aumentaram de forma expressiva a concentração da atividade, evidenciando que o turismo ampliou seu impacto na economia desses municípios e, conseqüentemente, da região.

O que corrobora com a afirmação de que o turismo de Lençóis se dispersou em direção dos municípios vizinhos, apoiados pelos investimentos federais e estaduais que privilegiaram essa microrregião (Chapada Diamante). Porém, o raio dessa influência não abarcou grande parte dos 40 municípios da Chapada Diamantina.

Portanto, podemos concluir que, no período da implementação das políticas de regionalização do turismo na Chapada Diamantina, o turismo que era altamente concentrado no município de Lençóis, até o final da década de 1990, conseguiu se dispersar e se concentrar em cinco municípios próximos, tornando-se uma área altamente especializada no setor de turismo, contribuindo para a economia da microrregião Chapada Diamante.

A pesquisa amparou-se em teorias de desenvolvimento regional, com o uso de medidas de análise regional, tendo como estudo de caso a região da Chapada Diamantina, e aqui se destaca a contribuição do estudo para a área do conhecimento do turismo, uma vez que a pesquisa usa uma metodologia que pode corroborar com pesquisas de avaliação do Programa de Regionalização do Turismo.

Metodologicamente, o uso do quociente locacional aplicado à escala intrarregional mostra-se uma ferramenta robusta para analisar o comportamento econômico do turismo em regiões extensas e heterogêneas, oferecendo um caminho replicável para a avaliação de políticas públicas em outras regiões turísticas do país.

Embora a pesquisa tenha o intuito de contribuir para o estudo da regionalização do turismo, existem lacunas ainda deixadas que podem servir como base e sugestões para futuras pesquisas sobre o tema. A exemplo, o uso de medidas de análise regional para compreender o comportamento do setor de turismo na economia de regiões turísticas brasileiras; a comparação da Chapada Diamantina com outras regiões turísticas que receberam investimentos, para identificar semelhanças e diferenças nos resultados da regionalização; pesquisas de opinião com turistas para entender como eles escolhem seus destinos dentro da Chapada Diamantina; e, findando as sugestões, a relação entre turismo e índices pluviométricos na Chapada Diamantina, no que diz respeito especialmente à dependência de muitos atrativos naturais que sofrem com períodos prolongados de seca, o que afeta diretamente a disponibilidade de cachoeiras e rios.

## REFERÊNCIAS

- Almeida Filho, P. G. (2014). "Aqui se faz Gostoso": uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso/RN. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Amaral Filho, J. (2001). A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, 261-285. <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>.
- Bahia. (2022). Relatório de Execução do PPA. Ano III, v. 2. [https://www.seplan.ba.gov.br/wpcontent/uploads/Relatorio\\_de\\_Execucao\\_do\\_PPA\\_2022\\_Volume\\_II\\_27022023.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wpcontent/uploads/Relatorio_de_Execucao_do_PPA_2022_Volume_II_27022023.pdf).
- Becker, B. (2006). Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *Caderno Virtual De Turismo*, 1(1). <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/2>.
- Beni, M. C. (2006). *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Brasil. (2007b). Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília: MTur.
- Brito, F. E. M. (2005). Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Brusadin, L. B. (2005). Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. *Revista Hospitalidade*, 2(2), 87-112. <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/223>.
- Cavalcante, L. R. M. T. (2007). Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Associação Regional de Estudos Regionais e Urbanos*. <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>.
- Cavalcante, K. B., & Paica, M. G. M. V. (1993). Repensando o crescimento do turismo no Nordeste a partir da intervenção do Estado. *Revista de Administração Pública (RAP)*, 29(1), 101-109. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8294/0>.
- Capone, F., & Boix, R. (2008). Sources of growth and competitiveness of local tourist production systems: An application to Italy (1991–2001). *The Annals of Regional Science*, 42(1), 209-224. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00168-007-0133-7>.
- Centinaio, A., Comerio, N., & Pacicco, F. (2023). Arrivederci! An analysis of tourism impact in the Italian provinces. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 24(4), 563-589. DOI: <https://doi.org/10.1080/15256480.2021.2025187>.
- Corrêa, J. C. S., Silveira, R. L. L., & Kist, R. B. B. (2019). Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(7), 3-15. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v15i7.5255>.
- Cruz, R. C. A. (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. C. A. (2020) Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. *Confins*. DOI: 10.4000/confins.26416.
- Fonseca, M. A., Todesco, C., & Silva, R. (2022). O Programa de Regionalização do Turismo no Brasil e a competitividade espacial. *Confins*. <https://journals.openedition.org/confins/44755>.
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Ganem, S. G., & Viana, M. B. (2006). História ambiental do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação. file:///C:/Users/hilma/Downloads/historia\_ambiental\_borattoetalii.pdf.
- Haddad, P. R. (1989). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB. ETENE.
- Lazzeretti, L., Francesco Capone, & Capone, F. (2009). Spatial Spillovers and Employment Dynamics in Local Tourist Systems in Italy (1991–2001). *European Planning Studies*, 17(11), 1665-1683. DOI: <https://doi.org/10.1080/09654310903230616>.
- Lopes, M. M., & Panosso Netto, A. (2023). O turismo no governo de Jair Bolsonaro: políticas públicas e discursos ideológicos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 17(2777), 1-15. <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2777/1563>.
- Madureira, E. M. P. (2015). Desenvolvimento regional: principais teorias. *Revista Thêma et Scientia*, 5(2). <https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/671/764>.
- Mattei, T. F., & Mattei, T. S. (2017). Métodos de análise regional: um estudo de localização e especialização para a região Sul do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 38(133), 227-243. <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/913/1091>.
- Oliveira, G. B., & Lima, J. E. S. (2003). Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Curitiba. *Revista FAE*, 6(2), 29-37.

- Paula, A. T. de, & Moesch, M. M. (2013). Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(2). <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/726>.
- Pimentel, M. R., & Kunz, J. G. (2022). Financiamento Público para Empresas Turísticas: perfil de operações e distribuição espacial de três fundos brasileiros. *Revista Turismo Em Análise*, 33(3), 187-207. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v33i3p187-207>.
- Porsse, A., & Vale, V. (2020). Medidas de Localização, Especialização e Dispersão. Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (NEDUR). <https://nedur.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/08/04-medidas-de-localizacao-especializacao-e-concentracao.pdf>.
- Ragagnin Pimentel, M., & Pereira, M. de L. (2021). Tourism spatial distribution in Brazil: A recent assessment using thematic cartography. *Journal of Hospitality and Tourism Insights*, 4(3), 318-334. DOI: <https://doi.org/10.1108/JHTI-03-2019-0051>.
- Ribeiro, L. C. D. S., Santos, M. M. C. D., & Santos, F. R. D. (2021). Assessment of Touristic Activities in Brazil: 2012-2020. *Turismo: Visão e Ação*, 23, 557-578.
- Ribeiro, L. C. D. S., Santos, F. R. D., De Moura, F. R., Montenegro, R. L. G., & Freitas, E. E. (2024). Determinants of tourist employment in Brazilian microregions: A dynamic panel data approach. *Journal of Regional Science*, 64(5), 1622-1646.
- Rodrigues, S. M. (2022). Turismo e desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte, Bahia reflexões sobre políticas públicas e participação social. *Dissertação em Turismo*, Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal.
- Romão, J., & Nijkamp, P. (2018). Spatial impacts assessment of tourism and territorial capital: A modelling study on regional development in Europe. *International Journal of Tourism Research*, 20(6), 819-829. DOI: <https://doi.org/10.1002/jtr.2234>.
- Sakowski, P. A. M. (2013). Aspectos metodológicos do sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. [https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204\\_td\\_metodologia.pdf](https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_td_metodologia.pdf).
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo, Hucitec.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Edusp.
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2008). *O Brasil - território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- Serrer, P. B. (2019). Planejamento estatal do turismo na Chapada Diamantina como administração de crise. *Geografares* <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24395/16657>.
- Silva, J. A., & Andraz, J. M. (2004). O padrão de especialização e a localização das actividades económicas na região de Algarve. *Revista Estudos* 1, 177-194. <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/5151>.
- Silva, R. C. da (2020). *A interferência parlamentar no orçamento do Ministério do Turismo: discurso e realidade das políticas públicas de turismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Souza, C. M. M., & Theis, I. (2009). Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas – uma breve introdução. In: MANSUR, C.; THEIS, I. (org.) *Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas*. Blumenau: Edifurb.
- Yang, Y., & Fik, T. (2014). Spatial effects in regional tourism growth. *Annals of Tourism Research*, 46, 144-162. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2014.03.007>.
- Todesco, C. (2013). Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI:10.11606/T.8.2013.tde-11042013-094137.
- Trentin, F., Fratucci, AC (2012). Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. *Tourism & Management Studies*, 839-848.
- Vidigal, V. G., Campos, A. C., & Rocha, C. B. (2009). Especialização produtiva nos Arranjos Produtivos Locais (APL) de calçados do Brasil, 1995-2006. *Estudos do CEPE*, 30. <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/1280>.
- Zhang, Y., Xu, J. H., & Zhuang, P. J. (2011). "The spatial relationship of tourist distribution in Chinese cities", *Tourism Geographies*, 13(1), 75-90. DOI: 10.1080/14616688.2010.529931.

---

## DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Os dados da pesquisa podem ser solicitados aos autores.

---

## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Henrique Rodrigues de Araújo: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise de dados; Metodologia; Redação do manuscrito original; Redação – revisão e edição.

Carolina Todesco: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise de dados; Metodologia; Redação do manuscrito original; Redação – revisão e edição.